

I ANAIS DO SIMPÓSIO INTERDISCIPLINAR DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DE CURVELO

FACULDADE ARQUIDIOCESANA DE CURVELO – FAC
v.1, n. 01, junho e dezembro/2024

Editora

Cristiane Perácio Bastos

Comissão Organizadora do Evento

Árlen Xavier Alberico Ruas
Cristiane Perácio Bastos
Danielle Alves de Carvalho
Douglas Eduardo Figueiredo Souza
Mariana Aparecida Adalberto de Carvalho

Comissão Organizadora dos Anais

Árlen Xavier Alberico Ruas
Cristiane Perácio Bastos

Comissão Científica

Árlen Xavier Alberico Ruas
Cristiane Perácio Bastos
Danielle Alves de Carvalho
Douglas Eduardo Figueiredo Souza
Heverton Freire Almeida
Mariana Aparecida Adalberto de Carvalho

Faculdade Arquidiocesana de Curvelo – FAC
Rua João Pessoa, 88 - Curvelo – CEP: 35.790-252 - Telefone: (38) 3502-0604
I Anais do Simpósio Interdisciplinar de Integração Acadêmica do Norte de Minas Gerais.

Editado em fevereiro de 2025.
Publicado em março de 2025.

Corpo Dirigente da Instituição

Diretor Geral

Márcio Henrique Portilho de Carvalho

Diretora Acadêmica

Thalita Pimentel Nunes

Coordenação de Pesquisa da Plataforma 1

Árlen Xavier Alberico Ruas

Coordenação de Pesquisa e TCC da FAC

Cristiane Perácio Bastos

Coordenação de Pesquisa do Curso de Direito da FAC

Douglas Eduardo Figueiredo Souza

Nota: para ter acesso ao texto completo procure o Centro de Pesquisa da unidade. O arquivo digital do Trabalho de Conclusão será fornecido via e-mail.

Apresentação

No ano letivo de 2024, foi realizado, nos meses de junho e novembro, no campus da Faculdade Arquidiocesana de Curvelo (FAC), o Simpósio Interdisciplinar de Integração Acadêmica. O eventou contou a apresentação e avaliação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), desenvolvidos por acadêmicos e professores dos cursos de graduação em Administração, Ciências Contábeis e Direito.

O Simpósio dá visibilidade às pesquisas realizadas como Trabalhos de Conclusão de Cursos, os quais tem como finalidades enriquecer a formação profissional, por estimular as habilidades de escrita formal, argumentação e fala em público; desenvolver a autonomia intelectual, ou seja, a capacidade de resolver os problemas de forma crítica, com postura investigativa e reflexiva e contribuir para o conhecimento em diferentes campos do saber, para que os egressos confrontem os problemas de forma crítica e inovadora, pautados por bases científicas sólidas.

Com o objetivo de integrar as ações acadêmicas com a comunidade local, o Simpósio Interdisciplinar de Integração Acadêmica contou com a presença de alunos do Ensino Médio e professores da Escola Estadual Interventor Alcides Lins, que foram convidados a conhecer a produção científica e as temáticas que foram foco de investigação.

Foi um momento enriquecedor para todos os presentes, especialmente para os acadêmicos, pois tiveram a oportunidade de explanar sobre suas pesquisas e compartilhar, com todos os ouvintes, o conhecimento científico adquirido na vivência da pesquisa, além da valiosa contribuição dos membros da banca avaliadora. Essa integração foi uma oportunidade para estimular os estudantes na busca contínua pelo conhecimento e uma forma de auxiliá-los nas futuras escolhas profissionais. Para os acadêmicos, o evento estimula a vocação para a pesquisa, o desenvolvimento do senso crítico construtivo e qualifica o corpo discente para oportunidades em programas de pós-graduação.

A publicação dos Anais dos Simpósios representa o reconhecimento das conquistas alcançadas por meio do empenho do corpo docente na orientação dos alunos, desde a formulação de hipóteses até a apresentação dos resultados. Trata-se também de uma forma de expressar gratidão aos estudantes, que, com dedicação e excelência, contribuíram significativamente para o avanço do conhecimento e para tornar a ciência mais acessível e compreensível a todos.

Profa. Dra. Cristiane Perácio Bastos,
coordenadora de pesquisa e TCC da FAC.

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO

APRESENTAÇÃO DE GASTOS INICIAIS DE UM ESTABELECIMENTO DE VENDA DIRETA DE ALIMENTOS PARA O CONSUMIDOR.....	06
ANÁLISE E GASTOS DOS CUSTOS: UM ESTUDO DA FESTA CERCO DE JERICÓ NA IGREJA MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO, CURVELO-MG.....	06
SATISFAÇÃO NO TRABALHO PÓS PANDEMIA DO COVID-19	07

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DESVENDANDO O MELHOR REGIME PARA ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS COM PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO.....	08
OS ASPECTOS NECESSÁRIOS PARA TRANSIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL -MEI PARA MICROEMPRESA -ME	08
A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA CONTÁBIL NA APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE CRIATIVA	09

DIREITO

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS: UMA BREVE ANÁLISE DO INSTITUTO E DA APLICAÇÃO.....	10
RESPONSABILIDADE CIVIL: TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE E SUA RELAÇÃO COM O QUANTUM INDENIZATÓRIO.....	10
VELHA ESCOLA, NOVOS MÉTODOS: LAVAGEM DE DINHEIRO POR CRIPTOMOEDAS.....	11
ABORDAGENS MULTIFACETADAS SOBRE O ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO: PERSPECTIVAS, PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO.....	11

A ORTOTANÁSIA E A BUSCA PELO DIREITO A UM AMORTE DIGNA.....	12
A ELEMENTAR ATO LIBIDINOSO NOS CRIMES SEXUAIS: NECESSÁRIA CONSTRUÇÃO DE CRITÉRIOS PARA A REALIZAÇÃO DA ELEMENTAR ATO LIBIDINOSO NOS CRIMES SEXUAIS DE ESTUPRO E IMPORTUNAÇÃO SEXUAL.....	12
A CRIMINALIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL NO BRASIL.....	13
A INCIDÊNCIA DA RESPONSABILIDADE CÍVEL POR MEIO DO ABANDONO AFETIVO.....	14
OS DANOS MORAIS PREVIDENCIÁRIOS EM DECORRÊNCIA DOS ATRASOS NAS PERÍCIAS MÉDICAS.....	14
A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA NO TRIBUNAL DO JÚRI	15
A LIBERDADE DE IMPRENSA E O DEVIDO PROCESSO CONSTITUCIONAL EM CASOS PENAIIS DE GRANDE REPERCUSSÃO SOCIAL.....	15
CRIME IMPOSSÍVEL: ANÁLISE JURISPRUDENCIAL COM IMPLICAÇÕES PRÁTICAS.....	16
PRISÃO PREVENTIVA: A NECESSÁRIA NATUREZA CAUTELAR PARA A SUA CONSTITUCIONALIDADE	16
SOLIPSISMO JUDICIAL: UM OBSTÁCULO AO EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO E À FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....	17
A PROMESSA DA PAZ EM MEIO À GUERRA: UMA ANÁLISE DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS	18

ADMINISTRAÇÃO

APRESENTAÇÃO DE GASTOS INICIAIS DE UM ESTABELECIMENTO DE VENDA DIRETA DE ALIMENTOS PARA O CONSUMIDOR

PRESENTATION OF INITIAL EXPENSES OF A DIRECT FOOD SALES ESTABLISHMENT TO THE CONSUMER

Ana Luisa Machado Batista¹, Heverton Freire Almeida²

1 Aluna do Curso de Administração

2 Professor do Curso de Administração

Resumo

O empreendedorismo funciona como um impulsionador para o progresso econômico e social, incentivando a inovação e a geração de empregos. Chiavenato (2007) enfatiza que o empreendedorismo consiste em considerar uma demanda do mercado, desenvolver soluções inovadoras, correr riscos e converter conceitos em realidade. Assim, este artigo ressalta a importância do empreendedorismo para o progresso econômico e social e do planejamento estratégico e financeiro na fundação de novos negócios. Ele situa o contexto do empreendedorismo no Brasil, destacando a relevância de entender os gastos iniciais, as despesas monetárias e a administração eficaz dos recursos. O estudo, conduzido como um estudo de caso qualitativo em Curvelo, Minas Gerais, fornece projeções planejadas dos investimentos necessários para iniciar o negócio, além de um demonstrativo dos gastos fixos e variáveis. Além disso, são estruturados elementos regulatórios e tributários essenciais para o funcionamento legal da empresa, bem como a relevância de um modelo de gestão eficaz. Com base nos dados encontrados, o artigo procura responder à seguinte questão: "Quais são os principais gastos para o planejamento financeiro inicial e a sustentabilidade de um estabelecimento de venda direta de alimentos?"

Palavras-Chave: empreendedorismo; plano de negócio; desenvolvimento local

Análise e Gestão dos Custos: Um Estudo de Caso da Festa Cerco de Jericó na Igreja Matriz de Santo Antônio, Curvelo - MG

Rodrigo Mendes Cordeiro

Me. Bruno Anthony Gonçalves Menezes

Professor Mestre do Curso de Administração de Empresas

Resumo

Introdução: As barraquinhas, um evento social realizado anualmente em Igrejas e entidades sem fins lucrativos, é um momento crucial de descontração e partilha para a comunidade local. Nesse sentido, a gestão financeira das barraquinhas acessórias ao evento principal, são de extrema importância para o sucesso econômico. Este estudo de caso se propõe a analisar a gestão de custos relacionada a Festa do Cerco de Jericó na Igreja Matriz de Santo Antônio em Curvelo, visando compreender seu impacto no orçamento da instituição e auxiliar na tomada de decisões futuras. **Materiais e Métodos:** O estudo foi conduzido por meio de estudo de caso e análise documental. Foram coletados dados sobre os custos envolvidos na organização das barraquinhas, incluindo despesas com matéria prima, insumos e mão de obra. Além disso, foram analisados os registros de faturamento das barraquinhas durante o Cerco de Jericó de 2023. **Referencial Teórico:** O estudo baseia-se em conceitos de gestão de custos e orçamento, destacando a importância da eficiência na alocação de recursos para o sucesso financeiro de eventos comunitários como o Cerco de Jericó. **Resultados e Discussão:** Os resultados revelaram que, embora as barraquinhas tenham gerado um considerável faturamento durante o evento, os custos envolvidos na sua organização foram significativos, aliados a ausência de uma análise histórica do faturamento em períodos anteriores, se configuram como pontos de melhoria para o evento. A análise detalhada dos custos permitiu identificar áreas de maior impacto no orçamento e oportunidades de otimização, como a negociação de preços de fornecedores e a redução de desperdício de materiais. **Conclusão:** A gestão eficaz de custos é fundamental para garantir a viabilidade financeira de eventos comunitários como o Cerco de Jericó. Este estudo demonstrou a importância de uma análise criteriosa dos custos envolvidos nas atividades relacionadas ao evento, bem como a implementação de estratégias de controle de gastos e maximização de receitas. Recomenda-se que a igreja ou outra instituição adote medidas para aprimorar sua gestão de custos, visando garantir a sustentabilidade financeira do Cerco de Jericó e de outras iniciativas similares no futuro.

Palavras-Chave: Custos, Evento religioso, Evento beneficente, Gestão financeira

SATISFAÇÃO NO TRABALHO PÓS PANDEMIA DO COVID-19

Érick Vinícius Rodrigues Lima¹ e Gustavo Rodrigues Miranda²

1- Aluno de Administração de Empresas

2- Aluno de Administração de Empresas

Me. Bruno Anthony Gonçalves Menezes

Professor Mestre do Curso de Administração de Empresas

Resumo

Introdução: No dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou o COVID-19 como uma pandemia, durante o mês de março os estados brasileiros aderiram ao isolamento social como medida de segurança. A partir desse cenário as empresas foram forçadas a se adaptar rapidamente, implementando medidas para que as permitissem continuar em funcionamento, afetando diretamente os colaboradores. Esse artigo se propõe a analisar como esses fatores influenciaram e continuam a influenciar a satisfação no trabalho no período pós-pandemia. **Materiais e Métodos:** O estudo foi conduzido por meio de uma revisão de literatura com abordagem qualitativa, fundamentada com materiais bibliográficos de artigos científicos, livros e publicações governamentais. Além disso foram consideradas apenas publicações, sobre a temática principal, a partir de 2020 e disponíveis em português e inglês. **Referencial Teórico:** O estudo foi feito analisando três tópicos centrais, sendo eles a pandemia do COVID-19 e o mercado de trabalho, conceitos e fatores que influenciam na satisfação do trabalho e a satisfação no trabalho pós-pandemia. **Discussão:** A pandemia trouxe à tona a importância de compreender a satisfação no trabalho em um cenário em constante mudança, a transição do trabalho presencial para o home office revelou as fragilidades que mudanças dessa magnitude podem apresentar. Assim como os impactos que os colaboradores podem sofrer com tais mudanças, afetando não somente a saúde física do colaborador como também sua saúde mental. **Considerações Finais:** O estudo evidenciou que as mudanças ocorridas em decorrência a pandemia do COVID-19 e as mudanças adotadas pelas empresas tiveram grande impacto para a satisfação dos colaboradores, isso fica evidente no aumento de problemas relacionados a saúde mental dos colaboradores, fato esse que permanece mesmo pós-pandemia do COVID-19, tornando claro a importância das empresas darem mais atenção à satisfação no trabalho de seus colaboradores, evitando a exaustão física e mental e proporcionando o ambiente adequado para que o colaborador possa ter um melhor desempenho.

Palavras-Chave: Satisfação profissional, Mercado de trabalho, Bem-estar, Pandemia, COVID-19 e Pós-pandemia.

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Desvendando o Melhor Regime para Escritórios Contábeis com Planejamento Tributário

Uncovering the Best Regime for Accounting Offices with Tax Planning

Débora Neves de Souza¹, Talita Alves da Silva¹, Heverton Freire de Almeida²

¹ Aluna do Curso de Ciências Contábeis

² Professor Coordenador do Curso de Ciências Contábeis

Resumo

O artigo aborda a importância do planejamento tributário para empresas contábeis, detalhando como a escolha do regime tributário adequado pode influenciar diretamente sua sustentabilidade e competitividade no mercado. O planejamento tributário é essencial para minimizar a carga tributária de forma legal, e no Brasil, onde a tributação é elevada, essa prática se torna vital para muitas empresas. O estudo enfatiza três principais regimes de tributação disponíveis para empresas contábeis: Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real, apresentando as características que tomam cada regime mais ou menos adequado, dependendo da estrutura e das atividades da empresa. No Simples Nacional, as empresas recolhem diversos tributos em uma única guia, simplificando o processo de pagamento e facilitando a gestão financeira. Já o Lucro Presumido é baseado em um percentual fixo de presunção sobre a receita bruta, sendo um regime simplificado que pode ser vantajoso para empresas com receitas consistentes e custos menores. Por outro lado, o Lucro Real calcula tributos sobre o lucro líquido efetivo da empresa, sendo mais indicado para empresas que apresentam despesas elevadas ou margens de lucro baixas. A pesquisa adota uma metodologia qualitativa e exploratória, com estudo de caso de uma empresa contábil para avaliar o impacto dos regimes tributários na carga de impostos. A análise comparativa dos regimes tributários Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real revelou que o Lucro Presumido é a opção mais vantajosa para a empresa analisada, com menor carga tributária e simplicidade no cálculo. Avaliações periódicas e adaptações ao planejamento tributário são recomendadas para otimizar resultados futuros.

Palavras-Chave: planejamento tributário; regime; tributação.

OS ASPECTOS NECESSÁRIOS PARATRANSIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL- MEI PARA MICROEMPRESA-ME

THE NECESSARY ASPECTS FOR THE TRANSITION FROM INDIVIDUAL MICRO ENTREPRENEUR- MEI TO MICRO ENTERPRISE-ME

Antônio Carlos Pereira Pedras Junior¹, Mylena Caroline Santa Barbara de Almeida¹, Valter Moreira Rocha Junior²

¹ Alunos do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis

² Professor Mestre do Curso de Ciências Contábeis

Resumo

O presente artigo tem por objetivo detalhar os aspectos necessários para ocorrer a transformação de Microempreendedor Individual – MEI para Microempresa – ME e apontar as principais diferenças entre essas classificações. O MEI é uma figura jurídica que tem o objetivo de formalizar os trabalhadores que desempenhavam atividades na informalidade. O faturamento máximo de R\$ 81 mil ao ano e a contratação de apenas 1 (um) empregado são um dos requisitos para que o empreendedor individual possa se formalizar. Caso seja ultrapassado o limite, há a possibilidade de migração para a ME que se caracteriza como um tipo de empresa de pequeno porte que opera com 9 (nove) a 19 (dezenove) colaboradores, além de possuir limite de faturamento anual de R\$ 360.000,00. Enquanto o Microempreendedor Individual – MEI é regido pelo Simples Nacional, com arrecadação mensal através do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS). Por outro lado, a Microempresa – ME possui 3 (três) regimes tributários: Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real. Apesar de o MEI possuir inúmeras vantagens, esse regime requer uma limitação, sendo assim, passa a ser necessária a modificação da classificação. A transformação do regime de MEI para ME, pode ocorrer por opção própria ou automaticamente. O desenquadramento ocorrerá quando: tenha sido contratado mais de um colaborador; tenha entrado outro sócio na empresa; empregado tenha salário acima do limite permitido; tenha havido abertura de filial ou outra empresa em nome do empresário; e a empresa tenha exercido ou tenha passado a exercer novas atividades vedadas ao enquadramento do MEI.

Palavras-Chave: Microempreendedor Individual; Microempresa; Tributação.

A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA CONTÁBIL NA APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE CRIATIVA THE IMPORTANCE OF ACCOUNTING ETHICS IN THE APPLICATION OF CREATIVE ACCOUNTING

Andressa Cristina Pereira de Brito¹, Ítalo Eduardo Pires Lopes², Jordana Larissa Celestino³, Valter Moreira Rocha Júnior⁴

¹ Aluna do Curso de Ciências Contábeis

² Aluno do Curso de Ciências Contábeis

³ Aluna do Curso de Ciências Contábeis

⁴ Professor Mestre do Curso de Ciências Contábeis

Resumo

O aumento no uso da contabilidade criativa por parte das empresas tem chamado a atenção e gerado debates sobre a credibilidade dos profissionais da área contábil. O termo "Contabilidade Criativa" é usado para descrever a adulteração das informações contábeis. Este artigo busca alcançar o objetivo que é entender "A importância da ética contábil na aplicação da contabilidade criativa", por meio de revisão bibliográfica, na qual foram realizadas pesquisas em materiais já existentes sobre o assunto. Trata-se especificamente sobre a função da ética na profissão contábil, definição da contabilidade criativa, os usuários da contabilidade e o conceito de fraude. Compreende-se que a função da contabilidade é fornecer dados que permitem uma análise clara da situação financeira da organização, sendo o contador essencial na elaboração das informações contábeis. Assim, a profissão exige que o contador siga os princípios do Código de Ética, que o capacita a agir com transparência e integridade. As informações fornecidas pelo profissional contábil são de grande relevância e impactam diretamente a organização, podendo atrair mais investimentos e visibilidade. Isso pode levar os gestores na busca por lucros excessivos, a distorcer as informações comprometendo a confiabilidade dos relatórios contábeis, culminando em práticas enganosas conhecidas como contabilidade criativa. Portanto, a ética tem um papel crucial na prevenção dessas práticas, orientando a conduta dos profissionais contábeis e protegendo os interesses dos usuários.

Palavras-chave: contabilidade criativa; ética; profissional contábil.

DIREITO

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS: UMA BREVE ANÁLISE DO INSTITUTO E DA SUA APLICAÇÃO

INCIDENT OF RESOLUTION OF REPETITIVE DEMANDS: A BRIEF ANALYSIS OF THE INSTITUTE AND ITS APPLICATION

Ana Flávia da Costa Paulino

Graduanda em Direito da Faculdade Arquidiocesana de Curvelo - FAC

Lohany Dutra Amorim

Professora do curso de Direito da Faculdade Arquidiocesana de Curvelo – FAC

Resumo: O presente artigo tem por escopo abordar o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, previsto nos artigos 976 a 987 do Código de Processo Civil, onde será demonstrada as controvérsias que giram em torno deste instituto. Para isso, primeiramente, serão abordados alguns dos princípios constitucionais referentes ao tema escolhido, quais sejam, os princípios da isonomia, segurança jurídica e duração razoável do processo. Em seguida, será abordado a origem do Incidente, sua natureza jurídica, os pressupostos de admissibilidade, competência, legitimidade e procedimento. E, por fim, será analisado se o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas é um procedimento válido e aplicável no ordenamento jurídico brasileiro e se esse instituto pode ser utilizado para auxiliar na redução da sobrecarga do judiciário.

Palavras-chave: Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas; Sobrecarga do Judiciário; Aplicação do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas; Precedentes.

RESPONSABILIDADE CIVIL: TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE E SUA RELAÇÃO COM O QUANTUM INDENIZATÓRIO

CIVIL LIABILITY: THEORY OF LOSS OF A CHANCE AND ITS RELATIONSHIP WITH THE COMPENSATION QUANTUM

Marcos Paulo Dayrell de Matos ¹

Douglas Eduardo Figueiredo Souza ²

¹ Discente do Curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade Arquidiocesana de Curvelo.

² Professor Doutor do curso de Bacharelado em Direito FAC/FACIC

Resumo: O presente artigo trata da teoria da responsabilidade civil pela perda de uma chance, buscando analisar os critérios para sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro. A perda de uma chance é a privação de uma oportunidade de obter um benefício esperado, ou evitar um prejuízo, decorrente de um ato ilícito que gera o dever de reparação. No entanto, ao abordar uma chance perdida como bem jurídico a ser tutelado ocasiona dificuldade para fixar uma indenização, logo o presente artigo buscará compreender a forma utilizada para quantificar uma chance perdida. Para tanto, a metodologia utilizada será de pesquisa bibliográfica, sendo esta, doutrinas, como Sergio Savi, Sergio Cavalieri Filho, Rafael Peteffi da Silva, dentre outros, e jurisprudências e análises de casos.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil; Perda de Uma Chance; Quantum Indenizatório.

VELHA ESCOLA, NOVOS MÉTODOS: LAVAGEM DE DINHEIRO POR CRIPTOMOEDAS

OLD SCHOOL, NEW METHODS: CRYPTO MONEY LAUNDERING

Gabriel Castro de Araújo

Aluno do Curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade Arquidiocesana de Curvelo.

Resumo: Com o passar do tempo a prática da Lavagem de Dinheiro tem tomado cada vez maiores proporções. Fato é que embora seja uma atividade que remonte ao século passado, tal crime também tem sofrido atualizações. Com os crescentes avanços do sistema econômico e agora com a inclusão das criptomoedas tem ficado cada vez mais complicado para o sistema judiciário determinar e indiciar os agentes infratores, o que prejudica o seguimento correto da administração da justiça. No que toca as criptomoedas deve-se ressaltar que estas por si só são atrativas ao acometimento de atividades ilícitas, vez que destacam-se pela facilidade de transações transfronteiriças e a dificuldade de rastreamento de fundos. Ademais tais ativos financeiros não detém quase que regulamentação alguma. O grande problema deste enredo surge no fato de que o método tem tomado cada vez maiores proporções. A intenção do presente trabalho é esclarecer a necessidade de regulamentação do ativo financeiro digital. Para tanto utiliza-se como principais embaixadores as doutrinas de Callegari e Weber (2017) e Mendroini (2018), utilizando-se da metodologia dedutiva, hermenêutica do tema alicerçado nas doutrinas ora citadas.

Palavras-chave: Lavagem de Dinheiro; sistema econômico; administração da justiça; criptomoedas.

ABORDAGENS MULTIFACETADAS SOBRE O ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO: PERSPECTIVAS, PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO
MULTIFACETED APPROACHES TO WORKPLACE MOBBING: PERSPECTIVES, PREVENTION, AND INTERVENTION

Gabriela Cabral Matos Carneiro e Maria Luiza Viana Gomes

Alunas do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Arquidiocesana de Curvelo.

Resumo: o presente estudo realizará uma análise abrangente do assédio moral no ambiente de trabalho, por meio de um estudo bibliográfico. O objetivo é examinar diferentes perspectivas sobre o assunto, incluindo suas causas, impactos e estratégias de prevenção e intervenção. Serão abordadas as definições, características e consequências do assédio moral, destacando suas manifestações e efeitos para indivíduos e organizações. O estudo também discutirá teorias explicativas do assédio moral, incorporando perspectivas psicológicas, sociológicas e organizacionais, além de examinar fatores contribuintes para sua ocorrência e perpetuação. Estratégias de prevenção serão exploradas, incluindo políticas organizacionais, treinamentos e intervenções psicossociais, ressaltando a importância de uma cultura organizacional que promova o respeito, ética e comunicação assertiva. O referencial teórico será fundamentado na análise bibliográfica, doutrinária e da legislação pertinente ao tema. Por fim, o artigo enfatizará a necessidade de futuras pesquisas e ações práticas para abordar o assédio moral de forma abrangente no ambiente de trabalho, contribuindo para uma compreensão mais profunda do fenômeno e o desenvolvimento de estratégias de intervenção mais efetivas.

Palavras-chave: responsabilidade civil; abandono afetivo; indenização.

A ORTOTANASIA E A BUSCA PELO DIREITO A UMA MORTE DIGNA
ORTHOTANASIA AND THE SEARCH FOR THE RIGHT TO A DIGNIFIED DEATH

Augusto Lages Ramos Franco¹
Douglas Eduardo Figueiredo Souza²

¹ Discente do Curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade Arquidiocesana de Curvelo.

² Professor Doutor do curso de Bacharelado em Direito FAC/FACIC

Resumo: As chamadas Diretrizes Antecipativas de Vontade - DAV tem tomado cada vez mais espaço no âmbito tanto jurídico quanto doutrinário, dentre tais diretrizes tem-se o instituto da ortotanásia. Na seara nacional o tema ainda é controverso, mesmo com a última publicação do Conselho Federal de Medicina a qual estabeleceu vieses para realização da prática, contudo, está ainda encontra barreiras na seara legal e social, alicerçado a isto o ordenamento jurídico brasileiro não formulou regulamentação alguma acerca da prática, fato que gera por si só insegurança jurídica. Conjuntamente ao instituto da ortotanásia discute-se o direito a morte digna, ao entorno de tal problematização tem-se a necessidade de estabelecer maior clarividência nas próprias leis já existentes, demonstrando-se a necessidade de se regulamentar tal direito, considerando pontos primordiais como o direito a dignidade humana, o alívio do sofrimento e o respeito pela autonomia do paciente. A intenção do presente artigo é esclarecer a evidente necessidade de regulamentar o direito a morte. Este trabalho baseia-se em pressupostos jurisprudenciais internacionais e nacionais dando-se ênfase ao que dispõem expoentes da área como é o caso de Maria de Fátima Freire de Sá e Bruno Torquato de Oliveira Naves (2021), Léo Pessini e Christian de P. de Barchifontaine (2014) e Luciana Datalto (2019).

Palavras-chave: Ortotanásia; Diretrizes Antecipativas de Vontade; morte digna; dignidade humana.

A ELEMENTAR ATO LIBIDINOSO NOS CRIMES SEXUAIS: A necessária construção de critérios para a realização da elementar ato libidinoso nos crimes sexuais de Estupro e Importunação Sexual

THE ELEMENTAL LIBIDINOUS ACT IN SEXUAL CRIMES: The necessary construction of criteria for carrying out the elementary libidinous act in the sexual crimes of rape and sexual harassment

Brenda Pereira Rodrigues de Freitas

Aluna do Curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade Arquidiocesana de Curvelo.

Resumo: O presente artigo, pretende esclarecer as distinções entre as práticas dos crimes de estupro e importunação sexual, propiciando desta forma uma análise abrangente acerca de ambas as infrações penais. A fim de alcançar o pretendido objetivo, preliminarmente, estabelecer-se-á um panorama geral dos elementos constitutivos das citadas transgressões, iniciando-se pela identificação e descrição das especificidades de cada prática criminosa, analisando-se suas implicações jurídicas e sociais, bem como a evolução histórica destes. O intuito é fornecer uma compreensão detalhada que permita distinguir inequivocamente as transgressões de estupro e importunação sexual. Para que se possa alcançar esse objetivo, será utilizado o método dedutivo, partindo de conceitos gerais para a análise de casos específicos, jurisprudências em âmbito nacional, complementado por uma pesquisa bibliográfica extensa que incluirá doutrinas e artigos científicos. Dessa forma, espera-se que ao final deste estudo, qualquer confusão entre essas práticas seja eliminada, visando-se um melhor entendimento e aplicação da legislação vigente.

Palavras-chave: Estupro; importunação sexual; crime; prática criminosa.

A CRIMINALIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL NO BRASIL

THE CRIMINALIZATION OF PARENTAL ALIENATION IN BRAZIL

Laura Alves Lima Louzada; Luise Victoria Amaral Rodrigues; Lohany Dutra Amorim.

¹Aluna de Direito da Faculdade Arquidiocesana de Curvelo

²Aluna de Direito da Faculdade Arquidiocesana de Curvelo

³Professora Mestra do Curso de Direito da Faculdade Arquidiocesana de Curvelo

Resumo: Atualmente no Brasil, aumentam cada vez mais os casos de alienação parental no judiciário, que esta se dá na interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um de seus genitores ou aqueles que tenham o menor sob a sua autoridade, que cause prejuízo ao estabelecimento de vínculos com o outro genitor, fazendo este se distanciar. Com isso foi criada a Lei nº 12.318/2010, Lei da Alienação Parental, para evidenciar a necessidade de discutir e compreender esse fenômeno. Diante de toda essa complexidade, foi criado o Projeto de Lei nº 4488/2016, que propõe a inclusão de parágrafos e incisos ao artigo 3º da Lei nº 12.318/2010, que trata da alienação parental. O objetivo principal do projeto é criminalizar a prática de Alienação Parental, que introduz um tipo penal específico na legislação brasileira para punir de forma direta ou indireta e neste presente artigo será abordado todos os vies sobre essa criminalização. O problema abordado neste artigo é a viabilidade de aplicação no judiciário brasileiro dessa criminalização diante do crescente número de casos, o marco teórico se baseia em Maria Berenice Dias, que destaca que estes atos tratam de uma violência psicológica, um abuso moral contra crianças e adolescentes, que fere a proteção do melhor interesse. Utiliza como metodologia neste artigo a técnica bibliográfica. Sendo assim, o primeiro tópico abordará a análise da alienação parental e seus aspectos, no segundo tópico será apresentado o Projeto de Lei nº 4488/2016, que disciplina sobre a criminalização da alienação parental, adiante será analisado os pontos positivos e negativos da criminalização da alienação parental, para em caso de criminalização será demonstrado após o tipo penal que se enquadraria para tal e por fim o quinto tópico descreverá como é a questão de demandas de processos nas varas cíveis e criminais e percentuais de casos.

Palavras-chave: Alienação parental; criminalização; lei; genitor; poder familiar; alienador.

A INCIDÊNCIA DA RESPONSABILIDADE CÍVEL POR MEIO DO ABANDONO AFETIVO

THE INCIDENCE OF CIVIL LIABILITY THROUGH AFFECTIVE ABANDONMENT

Eduardo Falcão Monteiro de Moura

Aluno do Curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade Arquidiocesana de Curvelo.

Resumo: O presente artigo científico detém como seu tema de estudo uma abordagem acerca da incidência da responsabilidade civil decorrente do abandono afetivo, um fenômeno social que afeta famílias desde os primórdios da humanidade, de forma que recentemente tem recebido crescente atenção não apenas no campo social, mas jurídico também. Para tanto analisar-se-á a existência de obrigações jurídicas relacionadas ao afeto e os critérios para comprovação desse abandono, consoante a isto estará a problematização, que envolve a eficácia do instituto da responsabilidade civil como forma de reparação dos danos causados pelo abandono afetivo. A metodologia utilizada consiste em uma pesquisa bibliográfica, com análises doutrinárias e jurisprudenciais. A relevância do estudo consiste na percepção do quão importante é a temática frente ao desenvolvimento emocional de crianças e adolescentes atualmente. Ademais o presente estudo visa contribuir para a conscientização sobre qual a importância do afeto na formação de crianças, além de auxiliar na reflexão sobre quais as causas ensejam o abandono afetivo, por fim analisando a possibilidade da atuação da responsabilidade civil sob este instituto.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil; Abandono Afetivo; Obrigações; Afeto.

OS DANOS MORAIS PREVIDENCIÁRIOS EM DECORRÊNCIA DOS ATRASOS NAS PERÍCIAS MÉDICAS

PREVIDENTIARY MORAL DAMAGES DUE TO DELAYS IN MEDICAL EVALUATIONS

Yasmim Barbosa da Silva

Aluna do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Arquidiocesana de Curvelo

Resumo: o presente artigo aborda os danos morais previdenciários, decorrentes dos atrasos nas perícias médicas no contexto do sistema previdenciário brasileiro. Por meio de pesquisa bibliográfica, o estudo se baseia em uma revisão de obras de autores especializados e na análise de jurisprudências pertinentes. Os atrasos nas perícias médicas acarretam prejuízos significativos aos segurados, prolongando seu sofrimento físico e psicológico, já que muitas vezes dependem dos benefícios previdenciários para sua subsistência. A investigação das jurisprudências revela o reconhecimento dos danos morais pelos tribunais, com a condenação do INSS a indenizar os segurados prejudicados, fundamentando-se no princípio da dignidade da pessoa humana e na proteção dos direitos fundamentais. O referencial teórico abordado envolve conceitos relacionados aos direitos previdenciários, legislação brasileira, princípios fundamentais do direito e jurisprudência sobre os atrasos nas perícias médicas e seus impactos nos segurados. Destaca-se a necessidade imperativa de uma gestão mais eficiente dos processos periciais, visando reduzir os atrasos e mitigar os danos causados aos segurados.

Palavras-chave: dano moral previdenciário, perícias médicas, morosidade.

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA NO TRIBUNAL DO JÚRI

THE (UN)CONSTITUTIONALITY OF PROVISIONAL EXECUTION OF CRIMINAL SENTENCES IN THE JURY TRIAL

Lucas Cardoso dos Santos

Aluno do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Arquidiocesana de Curvelo.

Resumo: A execução provisória da pena no contexto do Tribunal do Júri é tema de relevância jurídica e constitucional que tem gerado debates acalorados. Este artigo busca analisar a (in)constitucionalidade de tal prática, considerando a pesquisa bibliográfica de diversas fontes legais, jurisprudenciais, doutrinas e artigos científicos. O objetivo é investigar se a execução da pena antes do trânsito em julgado da sentença condenatória no âmbito do Tribunal do Júri viola princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988. Por meio da análise bibliográfica minuciosa, este estudo pretende examinar os argumentos favoráveis e contrários à execução provisória da pena no Tribunal do Júri, a fim de identificar eventuais conflitos com os preceitos constitucionais. A discussão envolve questões complexas, como o princípio do estado de não-culpabilidade, a garantia do devido processo legal e a efetividade da justiça criminal.

Palavras-chave: execução provisória da pena, inconstitucionalidade, estado de não-culpabilidade, devido processo legal.

A LIBERDADE DE IMPRENSA E O DEVIDO PROCESSO CONSTITUCIONAL EM CASOS PENAI

Freedom of the Press and Due Constitutional Process in Criminal Cases of Great Social Repercussion

Leticia Tais Ruas Neto

Aluna do Curso de Direito da FAC – Faculdade Arquidiocesana de Curvelo/MG

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o importante papel desempenhado pela mídia na sociedade contemporânea, sendo responsável por transmitir informações e notícias ao público em geral. Utilizando das metodologias indutivas e dedutivas para potencializar os estudos e a abordagem dos aspectos fundamentais do tema, sendo importante para análise desses aspectos pautados na metodologia mista, visto que garante um aprendizado baseado nas regras gerais, que leva a compreensão dessa regra para a conclusão de casos específicos. No entanto, quando se trata do devido processo constitucional, é preciso ter cautela para evitar que a mídia exerça uma influência indevida, que possa comprometer a imparcialidade e a justiça do processo. Nessa esfera deve ser resguardado as garantias constitucionais existentes para que haja um devido processo constitucional e um julgamento à luz de todos os direitos e garantias existentes, ocorrendo a exemplificação desse fenômeno no caso penal de grande repercussão social da Boate Kiss, ocorrido em Santa Catarina no Rio Grande do Sul no ano de 2013.

Palavras-Chave: Liberdade de Imprensa; Devido Processo Constitucional; Repercussão Social.

CRIME IMPOSSÍVEL: Análise jurisprudencial com implicações práticas
IMPOSSIBLE CRIME: Jurisprudential analysis with practical implications

Warllen Mary de Oliveira

Aluno do Curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade Arquidiocesana de Curvelo.

Resumo: Este documento apresenta uma análise sobre o crime impossível. O principal objetivo deste estudo foi investigar os limites jurídicos e doutrinários para a caracterização do crime impossível e como esses limites influenciam a aplicação das penas e a justiça das decisões judiciais. Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos detalhados: analisar a jurisprudência nacional e internacional, examinar os critérios legais e doutrinários que delimitam a ineficácia absoluta do meio e a impropriedade absoluta do objeto, avaliar as implicações jurídicas da tentativa e do crime no contexto da proporcionalidade das penas, investigar a aplicação prática do conceito em casos recentes e propor diretrizes para a interpretação e aplicação do assunto. A metodologia utilizada incluiu a análise de literatura pertinente e a avaliação de dados provenientes de fontes secundárias. Os resultados do estudo indicaram que há divergências significativas na interpretação do crime impossível entre diferentes jurisdições e doutrinas, e concluiu-se que a uniformidade nas decisões judiciais pode ser melhorada com diretrizes claras e objetivas. As considerações finais destacam a importância de continuar a pesquisa nessa área para ampliar a compreensão do assunto e fomentar avanços futuros.

Palavras-chave: Crime impossível. Ineficácia absoluta. Impropriedade do objeto. Jurisprudência. Proporcionalidade das penas.

PRISÃO PREVENTIVA: A NECESSÁRIA NATUREZA CAUTELAR PARA A SUA CONSTITUCIONALIDADE.

PREVENTIVE PRISON: THE NECESSARY PRECAUTIONARY NATURE FOR ITS CONSTITUTIONALITY.

Guilherme Menezes Sampaio

Aluno do Curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade Arquidiocesana de Curvelo.

Resumo: A prisão preventiva no processo penal constitucional deve ser aplicada estritamente em conformidade com sua natureza cautelar. De acordo com o princípio do estado de não culpabilidade, é garantido que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Dessa forma, a decretação da prisão preventiva deve observar rigorosamente os critérios de proporcionalidade e a sua finalidade cautelar, assegurando que seja utilizada apenas como uma medida excepcional e necessária para a proteção do processo penal. A relativização do princípio do estado de não culpabilidade em relação à prisão preventiva é fundamental para a compreensão do tema. A prisão preventiva visa evitar a fuga do acusado, a destruição de provas, ou a continuidade de práticas delitivas, sendo indispensável que sua aplicação esteja circunscrita às hipóteses legalmente previstas e justificadas por uma necessidade concreta e atual. Quando decretada fora dos limites estabelecidos pelo ordenamento processual penal, a prisão preventiva se transforma em uma antecipação de pena, o que é incompatível com a sua função cautelar e a torna inconstitucional. Assim, serão discutidos os fundamentos legais e os requisitos necessários para assegurar que a prisão preventiva mantenha sua natureza cautelar e, consequentemente, sua constitucionalidade. Conclui-se que, quando aplicada dentro dos parâmetros legais e constitucionais, a prisão preventiva é legítima e essencial para a efetividade do sistema processual penal, garantindo o respeito aos direitos individuais e às garantias processuais do acusado. A metodologia utilizada é a doutrina, hermenêutica e, quando da análise de decisão judicial a metodologia indutiva.

Palavras-chave: Prisão Preventiva; Estado de Não Culpabilidade; Presunção de Inocência; Medidas Cautelares.

SOLIPSISMO JUDICIAL: UM OBSTÁCULO AO EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO E À FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

JUDICIAL SOLIPSISM: AN OBSTACLE TO THE EXERCISE OF THE CONTRADICTION AND THE BASIS OF JUDICIAL DECISIONS

Aline Lopes Pereira

Aluna do curso de Direito da Faculdade Arquidiocesana de Curvelo

Lohany Dutra Amorim

Professora do curso de Direito da Faculdade Arquidiocesana de Curvelo

Resumo: O presente artigo tem por objetivo demonstrar que a leitura, interpretação e aplicação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da norma infraconstitucional são eficazes meios para afastar o solipsismo judicial, o qual se manifesta através de decisões judiciais que não consideram o efetivo contraditório e não são fundamentadas à melhor luz: em consonância com a norma, mas de acordo com a subjetividade do julgador. De modo mais claro, o solipsismo judicial é um obstáculo ao exercício do contraditório e à fundamentação das decisões porque os magistrados ignoram o efetivo contraditório, garantia assegurada aos demais sujeitos do processo e utilizam argumentos metajurídicos em suas decisões. Não obstante, à luz da CRFB/88, é legítima a decisão judicial que não considera o contraditório e cuja fundamentação se alicerça na subjetividade do julgador? No solipsismo judicial o magistrado se considera um “locutor autorizado” para dizer o que é o direito, no entanto sabe-se que não é investido desta atribuição porque não integra o legislativo, o ordenamento jurídico pátrio cuidou de disciplinar a separação dos poderes. Tem-se por marco teórico a teoria da integridade de Ronald Dworkin, a metodologia utilizada será a revisão bibliográfica, de relevante importância porque o estudo alcança estudantes do curso de direito, operadores do direito e a comunidade em geral, de tema atual e alvo de constantes debates.

Palavras-chave: solipsismo judicial; Constituição; contraditório; fundamentação; decisões judiciais.

A PROMESSA DA PAZ EM MEIO À GUERRA: UMA ANÁLISE DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

THE PROMISE OF PEACE IN THE MIDDLE OF WAR: AN ANALYSIS OF INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS TREATIES

Matheus Seba Sampaio

Aluno do Curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade Arquidiocesana de Curvelo.

Douglas Eduardo Figueiredo Souza

Professor Doutor do curso de Bacharelado em Direito pelas Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo (FACIC) e Faculdade Arquidiocesana de Curvelo (FAC).

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a eficácia da proteção dos direitos humanos, principalmente os direitos humanitários, abordando seu desenvolvimento, os mecanismos internacionais e regionais de proteção e os desafios contemporâneos para garantir a implementação desses direitos. Considerando a crescente frequência de conflitos armados, é essencial compreender as normas que protegem aqueles diretamente e indiretamente afetados, como no Tribunal Penal Internacional e o Conselho de Segurança da ONU. A partir de uma revisão de literatura serão abordados de forma qualitativa livros, artigos científicos, relatórios e trabalhos acadêmicos, será possível contribuir para a análise aprofundada dos marcos regulatórios, das convenções e dos desafios práticos enfrentados para assegurar a proteção dos direitos humanos em contextos de guerra. Utilizando o Estatuto de Roma e a Carta das Nações Unidas para balizar os parâmetros adotados.

Palavras-chave: Convenções. Conflitos. Direitos Humanos. Tratados.